

- XXI -

**ELEMENTOS DOS/PARA OS ESTUDOS SOBRE OS
SALÁRIOS DOCENTES****Andreza Barbosa**

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

E-mail: andreza27@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a temática dos salários dos professores foi discutida somente no âmbito dos sindicatos e órgãos de classe. Recentemente, no entanto, essa temática passou a fazer parte da preocupação de pesquisadores tanto da área da educação como também de outras áreas. As pesquisas da área da educação, no geral, têm apontado para a defasagem salarial dos professores com relação às outras profissões para as quais se exige mesmo nível de formação, para os impactos dessa remuneração na atratividade da docência e na qualidade do trabalho desempenhado pelo professor (BARBOSA; 2011; PINTO; ALVES, 2011; JACOMINI; MINHOTO, 2015; ALVES; SONOBE, 2018).

Tendo em vista que os professores representam a maior parte do funcionalismo público e que os salários docentes representam a maior parte dos gastos com educação, os estudos sobre os salários docentes costumam se dar no âmbito das discussões sobre o financiamento da educação. Os resultados de pesquisas anteriormente realizadas (BARBOSA, 2011; BARBOSA; AGUIAR, 2016; BARBOSA, 2018) evidenciam, no entanto, que os salários docentes precisam ser compreendidos não apenas no âmbito das discussões sobre o financiamento da educação, mas também, no âmbito da especificidade do trabalho docente. Nesse sentido, esse texto irá destacar alguns apontamentos decorrentes dessas pesquisas buscando contribuir com os estudos sobre a temática dos salários docentes.

OS SALÁRIOS DOS PROFESSORES E A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE

Ainda que seja necessário realizar comparações entre os salários dos professores e a remuneração recebida por outras profissões, inclusive para se aferir o diferencial entre elas, há que se considerar que o trabalho docente possui características específicas que o diferencia dos demais tipos de trabalho.

Em pesquisa realizada anteriormente (BARBOSA, 2011) evidenciamos vários aspectos da especificidade do trabalho docente, a começar por sua natureza que é distinta do trabalho em geral. No entanto, nos limites desse trabalho, nos dedicaremos a explorar apenas alguns elementos da especificidade do trabalho docente com base em pesquisas mais recentemente realizadas (BARBOSA; AGUIAR, 2016; BARBOSA, 2018) e que, a nosso ver, poderiam contribuir com os estudos sobre os salários docentes.

Um primeiro elemento é a importância social atribuída ao trabalho do professor. Os professores são apontados como sujeitos centrais na implementação de toda e qualquer mudança que se proponha na educação. Ora, se os professores desempenham um trabalho com muita importância social, é exatamente isso que torna relevante compreender o impacto das condições de trabalho (como a remuneração) na qualidade do seu trabalho. Se preocupa as precárias condições de trabalho e salário dos trabalhadores da indústria, por exemplo, preocupa ainda mais a precarização das condições de trabalho e salário dos professores em função dos impactos que isso pode ter sobre o seu trabalho e, conseqüentemente, para o conjunto da sociedade.

Outro elemento fundamental a ser considerado nos estudos sobre os salários docente é a jornada de trabalho dos professores. Para além de considerar o valor do salário em função da jornada que compõe o contrato de trabalho do professor, é necessário considerar a especificidade dessa jornada. É comum encontrarmos pesquisas que, ao calcular o diferencial de salário dos professores com o de outras profissões, pressupõe que os professores trabalham menos horas, porém, esse cálculo é feito quase sempre considerando o número de horas de aula, ou seja, o número de horas trabalhadas diretamente com os alunos.

Nesse sentido, Barbosa e Aguiar (2016), em pesquisa que investigou a composição do tempo de trabalho de 464 professores da rede pública estadual paulista, identificaram que quase a totalidade desses professores afirmam precisar dedicar mais tempo além do que compõem sua jornada de trabalho para conseguir atender às demandas da docência. Nessa pesquisa, a quantidade de professores que declararam não trabalhar nenhuma hora extraclasse totaliza 3,88%, 33,41% afirmou trabalhar de 1 a 5 horas semanais, 36,64% de 6 a

10 horas, 14,87% de 11 a 15 horas e 5,17% declararam trabalhar mais de 30 horas semanais em atividades extraclasse.

Esses dados estão de acordo com os dados levantados por Oliveira e Vieira (2012) na Pesquisa “Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil” que destacam que 72% dos professores por elas analisados declararam levar trabalho para ser realizado em casa: “Destes, 45% dedicam cinco horas semanais a essas tarefas, e 26% dedicam de cinco a dez horas de trabalho semanais em casa”. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p. 161).

Ocorre que é muito difícil aferir o tempo efetivamente trabalhado pelos professores pois ele costuma se misturar ao tempo privado, ser irregular e variar muito de um professor para o outro. Mas, ainda que haja essa dificuldade, o grande número de professores que têm declarado trabalhar muitas horas além do tempo contratual parece evidenciar a limitação de se calcular a remuneração docente somente em função das horas trabalhadas em sala de aula.

Por fim, é necessário destacar que, embora a maior parte das pesquisas que tratam dos salários docentes partam de dados estatísticos, de folha de pagamento, etc., raramente dando voz aos professores a respeito dessa temática, nossas pesquisas (BARBOSA, 2018) têm mostrado que os professores têm muito a contribuir para a compreensão da composição dos salários docentes e os efeitos deles no seu trabalho.

Dentre outros elementos, os professores destacam a questão dos baixos salários levarem ao aumento da jornada e os prejuízos que isso pode trazer para o trabalho, como evidencia a fala de uma professora: “Porque eu acho que quanto menor o salário, mais aulas as pessoas pegam e menos tempo elas têm livre para se dedicar ao que tem que fazer, uma aula, corrigir trabalho... Aí a aula perde qualidade cada vez mais”. (BARBOSA, 2018, p. 9). Os professores também sinalizam para os efeitos da baixa remuneração na atratividade da docência como pode ser observado na fala seguinte: “Os três anos que eu fiquei na outra escola [...] não tinha professor. Porque se um professor efetivo já não tem lá aquele salário, um eventual muito menos. Eles preferem vender roupa, vender bolinho, vender qualquer outra coisa.” (BARBOSA, 2018, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas aqui mencionadas parecem permitir destacar alguns elementos a serem considerados nos estudos que tratam da temática dos salários docentes. Nos limites desse trabalho discutimos a importância de levarmos em conta a importância social atribuída ao professor, a especificidade da jornada de trabalho docente e, também, a importância de ouvir

o que os professores têm a dizer sobre os seus salários. Esses elementos podem trazer importantes contribuições que ajudariam a qualificar os dados quantitativos que frequentemente são levantados nas pesquisas que estudam a remuneração docente.

REFERÊNCIAS

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.41, n.143, maio/ago. 2011.

ALVES, T.; SONOBE, A. K. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 446-476, abr./jun. 2018.

BARBOSA, A. **Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente**. Brasília: Liber Livro, 2011.

_____; AGUIAR, T. B. Jornada de trabalho docente dos professores da rede pública estadual paulista no município de Piracicaba. In: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 3; 2016, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: UNESP, 2016.

_____. Salários e formação de professores na rede pública estadual paulista. In: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 4; 2018, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia: UNESP, 2018.

JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. Vencimento, Remuneração e Condições de Trabalho de Professores da Rede Municipal de São Paulo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1235-1259, out./dez. 2015.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. M. F. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In. OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. M. F. (Org.) **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. P. 153-190.